



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Administração - Contratação de Serviços - 0006079-96.2019.6.21.8000

Termo de Referência - TR - doc. SEI n. 0135233.

Termo de Referência COINP nº 39/2019

1. OBJETO

Prestação de serviços de desalojamento de morcegos, limpeza e fechamento de todas as possíveis entradas no forro do prédio da Justiça Eleitoral localizado em Mostardas executado sob regime de execução indireta de empreitada por preço global.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Necessidade da Contratação

2.1.1. Dotar o Cartório Eleitoral da 122ª ZE – Mostardas de sanidade do ambiente de trabalho e de atendimento ao público, retirando os morcegos que estão alojados no forro do prédio, conforme o SIMBA 153058.

2.1.2. Evitar a propagação de doenças normalmente provocadas por morcegos como: raiva, histoplasmosse (doença provocada pela dispersão de esporos que são transportados pelo ar, resultantes do acúmulo de dejetos e que, se inalados, podem afetar com gravidade os pulmões dos seres humanos, provocando infecções respiratórias), salmonelose e outras provenientes de parasitas que usam o morcego como hospedeiro, como pulgas, ácaros e moscas. Por isso deve ser evitado o contato com áreas infestadas, principalmente por colônias ativas por muito tempo, sem as devidas proteções.

2.1.3. Registro de ocorrência de raiva entre morcegos frugívoros e insetívoros em áreas urbanas. Ressalta-se, no entanto, que o principal hospedeiro do vírus da raiva é o morcego hematófago, também já identificado em áreas urbanas.

2.1.4. Identificação de ocorrências de raiva herbívora na região norte do Estado do Rio Grande do Sul entre março e abril de 2019.

2.1.5. O Código de Posturas do Município de Mostardas, Lei nº 2582/09, determina no seu art. 71 que os proprietários ou inquilinos são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios ou terrenos.

2.2. Alinhamento com Planejamento Estratégico

2.2.1. Perspectiva: PESSOAS E RECURSOS – Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar a Infraestrutura Física.

2.2.2. Perspectiva: PROCESSOS INTERNOS – Objetivo Estratégico: Promover a Responsabilidade Socioambiental.

2.3. Previsão no Plano de Contratações

2.3.1. Esta demanda não está prevista no Plano de Contratações 2019.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Local do serviço em Mostardas

	Local	Endereço	Área (m²)
1	Cartório Eleitoral (Forro)	Rua Quinze de Novembro, 740	148
		Total:	148

a) Havendo alteração da área ou da localização descrita na tabela do item 3.1, o TRE-RS comunicará previamente à CONTRATADA.

3.2. Serviços de controle de vetores

3.2.1. O processo de execução do serviço deve compreender:

3.2.1.1. A remoção dos morcegos existentes no local e sua liberação no ambiente natural, a limpeza do forro e o fechamento de todas as possíveis entradas com espuma expansiva. Em hipótese alguma deverá ser utilizada naftalina ou outros produtos tóxicos que possam provocar danos aos seres humanos ou ao meio ambiente.

3.2.2. Responsabiliza-se a CONTRATADA a repetir os serviços quantas vezes for necessário até atingir o controle pleno e sem ônus adicional em relação ao valor contratado.

3.2.3. O trabalho deverá abranger o forro do respectivo prédio.

4. GUIA DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

4.1. Prazo de execução:

4.1.1. O prazo para a realização dos serviços será de 15 (Quinze) dias, a ser combinado entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, representado este pelo chefe do Cartório ou seu substituto.

4.1.2. A realização dos serviços em Mostardas deverá ser feita em uma etapa, conforme indicado abaixo:

Item	Etapa	Discriminação
4.1.2.1	Única	Limpeza do forro, retirada dos morcegos e fechamento de todas as possíveis entradas com espuma expansiva.

4.1.3. Caso seja constatada desconformidade com as especificações exigidas, o prazo para a correção dos serviços deverá ser de, no máximo, 20 (vinte) dias úteis a partir da comunicação do Gestor ou Fiscal à CONTRATADA.

4.2. Metodologia do trabalho:

4.2.1. O dia e horário para a execução do serviço deverá ser previamente agendado com o representante do Cartório Eleitoral onde será executado o serviço, podendo ser solicitado pelo CONTRATANTE sua realização aos sábados, domingos e feriados, de modo que não prejudique as atividades da Justiça Eleitoral.

4.2.2. A CONTRATADA fica encarregada de remover todos os móveis e utensílios necessários para a realização dos serviços.

4.2.3. A CONTRATADA é responsável pela orientação aos responsáveis designados pelo TRE-RS das medidas de proteção da saúde dos servidores, incluindo o período de isolamento do prédio, objeto do serviço, se necessário.

Item		Especificação	
	4.2.3.1.		Esta orientação será realizada mediante comunicação escrita enviada ao Chefe do Cartório Eleitoral com o prazo de antecedência de, no mínimo, 4 (quatro) dias úteis.

5. ATENDIMENTO ÀS NORMAS

5.1. A CONTRATADA deverá estar autorizada a funcionar com a atividade objeto do serviço por órgão estadual ou municipal da saúde ou do meio ambiente.

6. GARANTIA

6.1. A garantia dos serviços será de, no mínimo, 6 meses.

6.2. Responsabiliza-se a CONTRATADA a refazer os procedimentos, se necessário, até atingir o nível de controle eficiente.

7. PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado após a realização do serviço no prédio do Cartório Eleitoral de Mostardas, com o atesto da nota fiscal pelo Gestor ou Fiscal designado pelo TRE-RS.

7.2. O valor dos serviços serão aqueles ofertados pela empresa contratada, conforme a planilha constante do Anexo I.

7.3. A nota fiscal só terá validade se for emitida por pessoa jurídica de direito privado, ficando vedada a compra de nota fiscal avulsa por pessoa física junto às Secretarias de Finanças (ou órgão semelhante) das Prefeituras Municipais.

7.4. O documento fiscal deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho. Caberá à CONTRATADA informar, no documento fiscal ou em documento apartado, o número da conta-corrente, da agência e do estabelecimento bancário no qual lhe poderá ser feito o pagamento.

7.5. O pagamento será efetuado por intermédio de ordem bancária, mediante autorização competente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do atesto pelo Gestor ou Fiscal.

7.5.1. Na hipótese de constatação de qualquer incorreção nos documentos apresentados pela CONTRATADA que desaconselhe o seu pagamento, o prazo de que trata o item 8.5 será contado a partir da respectiva regularização.

7.5.2. Para todos os fins, considera-se a data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA deverá zelar para que seus profissionais mantenham conduta compatível com os princípios de decência e boa educação, obedecendo rigorosamente às determinações do Fiscal.

8.2. A CONTRATADA deverá manter os seus profissionais devidamente identificados quando nas dependências da Justiça Eleitoral, devendo substituí-los imediatamente caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE.

8.2.1 Deverá ser respeitada a proibição de fumar nas áreas internas.

8.3. O profissional da CONTRATADA, ao comparecer para a execução dos serviços, deverá estar adequadamente apresentado quanto ao vestuário e asseio pessoal.

8.4. A CONTRATADA deverá fornecer todo o material e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços, devendo todos ser de primeira qualidade e atender às normas técnicas e legislação brasileira vigentes.

8.5. A guarda dos materiais e equipamentos utilizados na execução dos serviços deverá ser de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

8.6. A CONTRATADA deve manter em perfeitas condições de limpeza todos os locais que forem utilizados pelos seus profissionais, sendo de sua responsabilidade a retirada de lixo gerado pela execução dos serviços.

8.7. Todo e qualquer dano que venha a ocorrer em pisos, pinturas, equipamentos, instalações etc., em função dos trabalhos, deverá ser reparado integralmente pela CONTRATADA, às suas expensas em até 72 horas, salvo motivo justificado e aceito pela Administração, observando-se as características originais dos materiais, sendo que os que causem prejuízo ao funcionamento normal da Justiça Eleitoral deverão ser reparados imediatamente.

8.7.1. A CONTRATADA é responsável por qualquer dano provocado pelos seus profissionais ao patrimônio de terceiros, à saúde de pessoas e animais e ao meio ambiente.

8.8. Todo e qualquer resíduo proveniente dos serviços realizados nas dependências do CONTRATANTE deverá obedecer à correta destinação, em especial em relação às embalagens.

8.9. A CONTRATADA e seus profissionais deverão atender às normas de segurança do trabalho, sendo responsabilidade da CONTRATADA a fiscalização e o fornecimento dos equipamentos necessários para atendimento desse fim.

8.10. A CONTRATADA deverá ter cuidados especiais com a manutenção do equilíbrio ambiental e a saúde humana e dos animais domésticos, em especial os seguintes itens:

Item		Especificação	
	8.10.1.		Praticar, de maneira organizada, as boas práticas operacionais que devem ser adotadas pelas empresas especializadas para garantir a qualidade e segurança do serviço prestado e minimizar o impacto ao ambiente, à saúde dos usuários dos prédios e do realizador do serviço.
	8.10.2.		Fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados aos aplicadores, aos fiscais de contrato e profissionais de empresas contratadas designadas para acompanhar o serviço e fiscalizar a sua utilização.
	8.10.3.		Manter atualizadas as suas informações sobre os produtos químicos, sobre rotinas de atuação em acidentes, derrames de produtos, saúde, biossegurança e saúde do trabalhador na forma do documento Procedimentos Operacionais Padronizados (POP).
	8.10.4.		Manter veículos para transporte dos produtos saneantes dotados de compartimento de carga com o isolamento em relação aos ocupantes.
	8.10.5.		Promover o descarte correto de embalagens, conforme legal e tecnicamente recomendados.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. O CONTRATANTE obriga-se a proporcionar as condições necessárias à execução dos serviços contratados.

9.2. O CONTRATANTE compromete-se a efetuar o pagamento de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste contrato.

9.3. O CONTRATANTE indicará formalmente o gestor responsável pelo acompanhamento da execução contratual.

9.4. O CONTRATANTE repassará orientações acerca dos serviços a serem executados pela CONTRATADA.

9.5. O Gestor do Contrato ou o Fiscal do Contrato comunicará imediatamente à CONTRATADA, se tiver conhecimento de qualquer conduta dos seus profissionais que acarrete dano, risco ou agravamento de situação prejudicial ao patrimônio, à vida, à saúde, à dignidade de pessoas ou ao ambiente ecologicamente equilibrado.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às multas compensatórias sobre o valor da contratação, nas condições discriminadas a seguir, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e aplicação das demais sanções previstas na Lei n. 8.666, de 1993 / Lei 10.520, de 2002:

10.1.1. De 0,5%, cumulativamente, até o máximo de 10%, no caso de inexecução parcial do contrato ou de descumprimento de obrigação contratual, sendo que os percentuais serão determinados e aplicados conforme graus e condutas dispostas nas Tabelas 01 e 02 abaixo.

10.1.2. De 20% do valor da contratação, no caso de inexecução total.

Tabela 01 – Descrição de condutas e graus de gravidade:

Item	Conduta	Grau	
a	Atrasar o início da execução dos serviços, salvo motivo de força maior ou caso fortuito (por hora de atraso em cada ocorrência).	01	
b	Presença de profissional inadequadamente apresentado no que diz respeito ao vestuário e asseio pessoal (por profissional e por ocorrência).	01	
c	Não realizar a limpeza e destino adequado dos resíduos após a execução dos serviços (por ocorrência).	01	
d	Não respeitar a proibição de fumar nas áreas internas dos prédios (por profissional e por ocorrência).	01	
e	Não dispor dos equipamentos necessários para a execução dos serviços contratados (por ocorrência).	01	
f	Não indicação de supervisor (item 12.1 do Termo de Referência).	01	
g	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços, causando transtornos às atividades da Justiça Eleitoral (por ocorrência).	02	
h	Provocar danos ao patrimônio do TRE-RS ou de terceiros (por ocorrência).	04	
i	NÃO Fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados aos aplicadores, aos fiscais de contrato e profissionais de empresas contratadas designadas para acompanhar o serviço ou NÃO fiscalizar a sua utilização (por profissional e por ocorrência).	05	
j	NÃO informar ao Gestor a alteração, a qualquer tempo, da regularidade da CONTRATADA em relação às exigências previstas no item 13.1 do Termo de Referência (por ocorrência).	05	
k	Provocar danos à saúde de pessoas ou animais (por ocorrência).	05	

Item	Conduta		Grau	
	l	Provocar DANOS ao meio ambiente, não admissíveis no relatório técnico de produto devidamente registrado junto à ANVISA, devido a aplicação incorreta de produto(s) (por ocorrência).		05
	m	Utilizar produto não registrado para o fim específico do serviço junto à ANVISA (por ocorrência).		05
	n	Descumprir quaisquer dos itens das condições de contratação e seus anexos não previstos nesta tabela de penalidades (por item e por ocorrência).		02
	o	Reincidência das condutas especificadas nesta tabela (por item e por ocorrência).		Duplicar a aplicação

Tabela 02 – Correspondência dos graus de gravidade com percentual de aplicação:

Grau	Descrição	
	01	0,5% do valor da contratação
	02	1% do valor da contratação
	03	2% do valor da contratação
04	5% do valor da contratação	
	05	10% do valor da contratação

10.2. O recolhimento da multa poderá ocorrer por intermédio de desconto no pagamento, ou, ainda, quando for o caso, cobrança judicial.

10.3. Em todas as hipóteses será garantido o direito à ampla defesa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação.

10.4. O valor do contrato, para fins de aplicação de multa, será aquele que resultar da aplicação da planilha de serviços presente no Anexo I.

11. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A CONTRATADA designará um supervisor responsável por todos os procedimentos relacionados à execução do serviço, inclusive quanto ao atendimento de todas as medidas de segurança necessárias, que atenderá ao Gestor sempre que solicitado, deixando um número de telefone celular para contato.

11.2. O TRE-RS designará o Gestor do Contrato e o Fiscal que acompanhará o serviço, realizando a interlocução com o profissional da CONTRATADA responsável pela supervisão do serviço.

11.2.1. O Gestor e o Fiscal terão poderes de paralisação dos serviços.

11.2.2. O Gestor e o Fiscal terão poderes de não aceitação dos serviços, quando em desacordo com o contratado.

11.3. É vedada a subcontratação em qualquer das etapas de realização do serviço.

11.4. Os procedimentos de Gestão do Contrato estão previstos na Instrução Normativa TRE-RS P. nº 56/2019.

12. DOCUMENTOS NA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. Para fins de habilitação, o fornecedor deverá comprovar a regularidade perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

13. VISTORIAS E PROPOSTAS

13.1. A empresa proponente poderá obter esclarecimentos adicionais sobre os locais de realização do serviço mediante contato com o Cartório Eleitoral da 122ª ZE, telefone (51) 3673-1223/3673-2471, no horário entre as 13 e as 18 horas.

13.2. A vistoria técnica ao local descrito no item 3.1 do Termo de Referência por iniciativa da empresa proponente, apesar de recomendável, é facultativa e será marcada nos termos do item 14.1.

13.3. As empresas ofertantes deverão para elaboração da proposta considerar todas as disposições deste Termo de Referência e a forma de apresentação do Anexo I.

13.4. Todas as despesas com taxas, impostos, licenças etc., porventura necessárias junto a órgãos públicos competentes, deverão ser previstas no orçamento das empresas.

13.5. A proposta vencedora será aquela que apresentar o menor valor global para a execução dos serviços, conforme o resultado da aplicação da planilha constituinte do Anexo I.

14. REFERÊNCIAS

14.1. Lei nº 8.666/1993.

14.2. Instrução Normativa TRE-RS P. nº 56/2019.

14.3. Lei 5.197 de 03/01/1967 que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.

14.4. Lei 9.605 de 12/02/1998 sobre sanções penais e administrativas, derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.

14.5. Lei nº 2582, de 10/09/2009 - Código de Posturas do Município de Mostardas.

14.6. Folder da Secretaria de Saúde do Governo do Distrito Federal tratando sobre morcegos em áreas urbanas.

14.7. Folder do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas-CECAV tratando de morcegos e edificações urbanas.

14.8. Manual de Manejo e Controle de Morcegos Urbanos-SUS, COVISA, Coordenadoria de Vigilância em Saúde, Prefeitura de São Paulo.

14.9. Artigo “Raiva em morcegos *Artibeus lituratus* em Montes Claros, estado de Minas Gerais”-Revista da Sociedade Brasileira de Medicina- julho-agosto, 2009.

14.10. Artigo “Raiva em Morcegos insetívoros (Molossidae) do Sudeste do Brasil”-Departamento de Zoologia, Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Revista Saúde Pública, 1995.

15. GLOSSÁRIO

15.1. CONTRATADA – empresa vencedora, notificada do início dos serviços mediante recebimento da nota de empenho.

15.2. CONTRATANTE - TRE-RS – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, órgão da Justiça Eleitoral com sede em Porto Alegre e jurisdição em todo o território do estado do Rio Grande do Sul.

15.3. EPI – Equipamento de Proteção Individual – todo dispositivo de uso individual, de fabricação nacional ou estrangeira, destinado a preservar a saúde, a segurança e a integridade física do trabalhador.

15.4. Fiscal do Contrato – servidor designado pelo TRE-RS para auxiliar o gestor ou comissão na fiscalização da execução do contrato.

15.5. Gestor do Contrato – servidor designado pelo TRE-RS para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, responsabilizando-se pela sua condução, nos termos do artigo 67 da lei nº 8.666/93.

15.6. Supervisor - indicado pela CONTRATADA, que será responsável por todos os procedimentos relacionados à execução dos serviços perante o TRE-RS, inclusive quanto ao atendimento de todas as medidas de segurança necessárias, nos termos do art. 68 da Lei 8.666/93.

16. CÓDIGO SIASG:

24457- Análise / Identificação / Classificação de Pragas.

17. ANEXOS

Anexo I – Planilha de preços dos serviços.

Porto Alegre, julho de 2019

Rodrigo Erguy Zucatto**Seção de Gestão de Serviços de Conservação e Administração Predial****Elaborador.****Gustavo de Oliveira Pereira,****Chefe da Seção de Gestão de Serviços de Conservação e Administração Predial****Revisor.****Anexo I****Planilha de preços dos serviços****Ref. A - Procedimento – Remoção de morcegos em Mostardas**

Etapa única

Remoção, limpeza do forro e fechamento de todas as possíveis entradas com espuma expansiva.		
A1	Área de abrangência do serviço	148 m²
A2	Valor do serviço	R\$

Ref. B - Deslocamento Mostardas

Etapa única

Deslocamento		
B1	Número de prédios em Mostardas	01
B2	Valor de deslocamento	R\$

Ref. C - Valor Total do Serviço

Item	Serviço	Valor
C1	Valor do serviço (A2)	R\$
C2	Valor do deslocamento (B2)	R\$
C3	Total do serviço em Mostardas (A2 + B2)	R\$

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Erguy Zucatto**, Técnico Judiciário, em 02/08/2019, às 15:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo de Oliveira Pereira, Chefe de Seção**, em 02/08/2019, às 16:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0135233** e o código CRC **CB2DBFED**.

Rua Duque de Caxias, 350 - Bairro Centro - Porto Alegre/RS - CEP 90010-280
www.tre-rs.jus.br - Fone: (51) 3294 8310